

Audiência Pública: “Políticas de cotas etnorraciais” 2018

Objetivos e participantes

A audiência teve como objetivo debater as políticas de cotas etnorraciais no estado de São Paulo.

Participaram da audiência:

- A defensora pública federal Fabiana Galera Severo;
- A representante da defensora regional de Direitos Humanos da DPU em São Paulo, Nara de Souza Rivitti; e
- Representantes de diversos movimentos sociais.

Descrição Geral

No mês em que é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), promoveu audiência pública, no dia 13 de novembro de 2018, no auditório da DPE-SP, com o tema “Políticas de cotas etnorraciais nas universidades públicas, escolas técnicas e faculdades tecnológicas do Estado de São Paulo: mecanismos de prevenção e combate às fraudes”.

Destaques

Foi abordado, na audiência, o processo de construção da Resolução CSDPU 135/2017, que dispõe sobre a adoção de ações afirmativas para ingresso de pessoas negras e indígenas na carreira de defensor público federal, aplicada pela primeira vez no sexto concurso da carreira, em 2017.

Outro tema apresentado na audiência foi a criação do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais, e a atuação dos defensores regionais de Direitos Humanos (DRDHs) para garantia da efetividade de ações afirmativas em universidades e concurso.

Além das cotas para ingresso, também foi abordada na audiência a necessidade de políticas de permanência, tendo em vista que são comuns relatos de racismo nas instituições contra cotistas. Fabiana Severo falou também do observatório da intolerância política, lançado em parceria entre Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP) e a DPU, que, segundo a defensora pública federal, pode ser ampliado para alcançar esses casos de discursos de ódio.